

ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Registra a presença de autoridades de Major Vieira.

Breves Comunicações

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Discute a dificuldade de custeio dos hospitais e defende a aprovação de projeto para resolver a situação.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Faz seu pronunciamento como novo líder da bancada do PMDB.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Pede melhor tratamento às comunidades atingidas por barragens.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Afirma que a inclusão social avançou e que a transferência de renda resultou em crescimento do país.

Partidos Políticos

DEPUTADA ANGELA ALBINO - Relata visita realizada a comunidades em processo de pacificação no Rio de Janeiro.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Rio do Oeste.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Expressa satisfação com a inauguração do Hospital Universitário da Furb.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades oestinas.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Saúda o prefeito Edson Piriquito.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Dá as boas-vindas ao prefeito de Balneário Camboriú.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Elogia a atuação do governo estadual na área da saúde.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Saúda autoridades de Barra Velha; volta a cobrar a pavimentação da estrada do Rio do Morro e da ligação entre a BR-101 e Barra do Sul; pede a derrubada do veto ao PL n. 0367/2012.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Lembra dos 20 anos da morte de irmã Dulce, cujo processo de canonização tramita no Vaticano.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pede apoio para a tramitação de projeto de sua autoria que cria os conselhos escolares antidrogas.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Cumprimenta o deputado Antônio Aguiar pelo projeto de sua autoria.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Elogia o governo federal pelo lançamento do programa Mais Educação; reporta-se à necessidade de estender os benefícios dos arts. 170 e 171 aos alunos do ensino técnico.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com a posição do deputado Darci de Matos.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Informa que foram assinados os convênios decorrentes das disposições dos arts. 170 e 171 da Constituição de SC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas fazer o registro da satisfação da presença nesta Casa dos companheiros do município de Major Vieira, Narciso Woiciechowsy, Airto dos Santos, Edgar Knup e Wagner José da Silva, os quais estão assistindo a esta sessão ordinária.

Damos-lhes nossas boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, hoje pela manhã tivemos uma reunião na comissão de Saúde, que considero uma reunião muito especial e até histórica para esta Casa.

Nós já recebemos naquela comissão muitos prefeitos e outros representantes da sociedade para falar sobre problemas dos seus municípios, dos hospitais e da saúde em geral. Mas hoje foi uma reunião que contou com a presença do prefeito

de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, como é conhecido pelo povo, veio trazer um apelo dramático e o deputado Jailson Lima esteve em grande parte da reunião e ouviu pessoalmente os clamores do prefeito.

Esse prefeito, que é do PMDB, que é da base do governo, veio pedir socorro para a saúde do seu município, especialmente para os hospitais de Balneário Camboriú. E esse clamor se espalha por todo o nosso estado.

Já está na hora, no segundo ano de governo, de um governo que afirmou em campanha, que afirmou na posse, que afirmou nas mensagens anuais que encaminhou a esta Casa que a saúde era prioridade: prioridade 1, prioridade 2 e prioridade 3!

Mas este governo, assim como outros, continua insensível e não se senta à mesa para conversar claramente sobre a situação dos hospitais, mais propriamente sobre o custeio dos hospitais.

Não adianta o governo, deputado Antônio Aguiar, v.exa. que é médico e um militante das questões de saúde nesta Casa, apenas dizer que atende os hospitais através de investimentos. Ótimo! Importante! Tem mesmo que haver investimentos. Só que o governo tem que saber que em decorrência dos investimentos, devido aos investimentos, advém o custeio. Quando se investe em construção, ampliação e equipamentos, sempre há custeio.

Portanto, para que essa equação seja completa, o governo tem que considerar investimento e custeio. O custeio dos hospitais tem que deixar de ser um tabu. Se não quer usar o termo, mas acho que o termo claro é esse mesmo, custeio, que use outros substantivos, mas que aporte recursos para esse fim.

Deputado Antônio Aguiar, ontem falei desta tribuna sobre esse assunto, porque no plano nacional também estou cobrando do governo federal. Eu represento as Assembleias Legislativas, através da Unale, numa comissão nacional sediada na Assembleia Legislativa de São Paulo, onde estamos desde dezembro em sucessivas reuniões, assessorados por professores, por universitários,

técnicos de primeira ordem, analisando a tabela do SUS para apresentar propostas ao ministro da Saúde. E agora, esse nosso movimento nacional acopla-se à Frente Nacional por mais Verbas para a Saúde, criada no início de fevereiro, capitaneada pela Associação Médica Brasileira, pela Ordem dos Advogados do Brasil e por diversas entidades médicas, entidades que militam no campo da saúde, como o Conselho Nacional de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde.

Através desse movimento estamos iniciando agora a coleta de assinaturas para uma emenda popular para restabelecer no Congresso Nacional o debate sobre a regulamentação da Emenda n. 29, uma vez que sua aprovação foi frustrada pela forma como foi votada e decidida em dezembro. Portanto, a União tem que aportar no mínimo 10% da sua receita líquida bruta para a Saúde.

Faremos parte e estamos nos incorporando, dando forma e agilidade para esse movimento nacional, a fim de que o debate volte ao Congresso Nacional. Enquanto isso, deputado Antônio Aguiar, o governo do estado não pode ficar alheio a esse debate e aos clamores que o prefeito apresentou hoje.

Nesse sentido, anunciei, ao abrir a reunião hoje pela manhã, que também queremos debater os projetos de lei dos nossos deputados, como o de v.exa., o do deputado Jorge Teixeira e o de minha autoria, que tratam do assunto do custeio dos hospitais.

O deputado Jorge Teixeira apresentou um projeto nesta Casa que propõe que assim como as entidades religiosas têm isenção de ICMS sobre as faturas de água e luz, os hospitais filantrópicos do nosso estado também a tenham.

V.Exa., deputado Antônio Aguiar, é autor de um projeto que trata da tabela. Para a defasagem de 30%, 40% ou 60%, o governo do estado poderá encontrar critérios justos, corretos e, a partir do comprometimento com o SUS, do número de leitos e da produção, definir critérios para complementar a tabela.

Por isso, deputado Antônio Aguiar, precisamos aproveitar os projetos e aí acrescento também o de

minha autoria, que propõe que dos recursos que compõem o Fundo Social, dos recursos que compõem os fundos do Seitec e dos recursos o compõem o Fadesc - que é constituído dos recebíveis do Prodec -, um percentual seja aportado na Saúde.

Vejam bem, quando o governo do estado criou o Prodec, deu incentivo para o desenvolvimento da indústria catarinense, postergando a arrecadação de impostos. Agora, quando as empresas começam a pagar esses impostos, esse dinheiro não entra no caixa do estado, vai direto para o Fadesc e sobre ele não incidem os 12% da Saúde.

Portanto, a Saúde está sendo usurpada em 12% dos recursos que vão para o Fadesc, assim como está sendo usurpada nos 6% da receita líquida do estado dos recursos que vão para o Fundo Social e dos 12% dos 0,5% da alíquota da receita líquida tributária do estado que deveria ir para os fundos que compõem o Seitec.

O projeto de minha autoria propõe que 12% do Fundo Social, 12% dos fundos do Seitec e 12% dos recursos do Fadesc primeiramente sejam aportados na Saúde. Isso não é muita coisa, mas dará, no mínimo, um fundo de R\$ 10 milhões, valor que poderá, com critérios rigorosos, justos, corretos, debatendo com a Federação dos Hospitais, com a Associação dos Hospitais, com o Conselho Estadual de Saúde, com a comissão de Saúde da Assembléia, socorrer os hospitais.

Estou saindo daqui agora, logo depois deste meu pronunciamento, para protocolar, no gabinete do sr. governador, um pedido de audiência da comissão de Saúde desta Casa, para entregarmos a sua excelência os dois volumes que perfazem o relatório de atividades da nossa comissão em 2011. Como segundo ponto, solicitaremos ao governador que receba também o prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, porque é preciso que ele ouça, de viva voz, o reclamo de certos prefeitos e não apenas o dos seus assessores.

Quem ocupa um cargo majoritário tem que ouvir muitos assessores que mostram somente uma realidade que nem sempre é verdadeira. O governador tem que ouvir diretamente do povo, como

também dos governantes municipais, a realidade. Por isso proponho que ouça o prefeito de Balneário Camboriú sobre a realidade difícil por que passam o Hospital Santa Inês e o Hospital Ruth Cardoso, que representam o que acontece em todo o estado.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Volnei Morastoni.

Antes de conceder a palavra ao deputado Aldo Schneider, quero registrar a presença, nesta Casa, do empresário Alexandre Melchiorretto, que desenvolve projetos de habitação, principalmente o projeto Minha Casa, Minha Vida, no alto vale, que ajuda o crescimento da região; de Maurício Ricardo de Oliveira, uma intelectualidade no mundo da inovação de energia; de Gilmar Santos Leite e de Diogo Sandri, do grupo Sandri, da região de Taió; de Nilberto Ari Lehmkuhl, da empresa Nema, de Rio do Sul, que é um empresário do segmento da energia, e do ex-prefeito de Ibirama, Dieter Staudinguer.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Aldo Schneider.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação podermos voltar a assomar à tribuna para que, através dela, possamos ecoar por toda Santa Catarina a história política da bancada do PMDB nesta Casa e o papel que desempenhou ao longo de toda a sua existência.

Antes de adentrar ao meu pronunciamento, gostaria de cumprimentar o ex-prefeito de Ibirama, cidade onde moro, Dieter Staudinguer, que está fazendo uma visita a esta Casa, e todos os empresários do vale do Itajaí, em especial do alto vale, que estão aqui prestigiando o nosso trabalho, buscando, obviamente, solução para os problemas que afligem aquela região.

Mas o meu pronunciamento desta tarde vai-se dar mais em função da homenagem que irei fazer à

bancada do PMDB, da qual, no dia de ontem, tive a oportunidade de assumir a liderança.

(Passa a ler.)

"Hoje, tenho o privilégio de assomar a esta tribuna na condição de líder da bancada do meu partido, o PMDB. É uma sensação única que em nossa atual bancada somente os deputados Antônio Aguiar e Manoel Mota puderam experimentar. Quem assume essa função tem o dever de defender os interesses da maior representação partidária do Parlamento catarinense, a bancada mais antiga, única, que se mantém desde a redemocratização do Brasil, ou seja, aquela que representa o partido com maior tradição e que está associado, no imaginário dos brasileiros, àquilo pelo que mais lutamos nos últimos 50 anos, que foi e é a construção de uma democracia plena.

O líder é escolhido para otimizar o funcionamento dos trabalhos parlamentares.

Fui contemplado com tal desafio para exercer a coordenação das ações da bancada, que, conforme o Regimento Interno da nossa Casa Legislativa, inclui missões como firmar acordos para tratar de assuntos relevantes; inscrever membros da bancada para o horário dos Partidos Políticos; participar dos trabalhos das comissões permanentes; encaminhar votações de proposições sujeitas à deliberação do Plenário; registrar candidatos do partido para concorrer aos cargos da Mesa Diretora e indicar os integrantes de fóruns e comissões permanentes ou temporárias. Ainda no plano institucional, o líder tem a missão de representar a bancada em todas as esferas de governo e perante a comunidade.

Por tantas e importantes atribuições, entendo que ninguém pode ser líder - um bom líder - sem saber lidar com a alma humana. Precisa ser um generalista, pois não basta conhecer o Regimento Interno e as Cartas Constitucionais, é preciso ter conhecimento amplo de todos os problemas que repercutem no exercício da liderança. Não se é líder porque se quer nem porque se diz que é. A liderança precisa existir de fato, e para que seu exercício seja legítimo é necessário que entre

líder e liderados exista identificação e confiança recíprocas.

Por isso quero, em primeiro lugar, agradecer aos colegas da bancada do PMDB que me confiaram essa missão, de modo especial ao colega deputado Manoel Mota, o parlamentar que na história do PMDB catarinense mais tempo liderou a bancada, pela oportunidade que me proporciona, ao abrir mão da função e estimular-me a aceitar tal desafio.

Serei líder por um ano, pois está firmado o compromisso de promovermos um rodízio nessa nobre função, já que todos nós aqui, e esse não é um privilégio do PMDB, exercemos importantes lideranças, seja em âmbito comunitário, como representantes de categorias e, de modo especial, em nosso partido.

Cito como exemplos o deputado Manoel Mota, que representa o sul catarinense; o deputado Antônio Aguiar, que é força viva do planalto norte; a deputada Dirce Heiderscheidt e o deputado Edison Andrino, que tão bem representam o conglomerado da Grande Florianópolis; o deputado Elizeu Mattos, que traduz a força de Lages; o deputado Romildo Titon, com a representação do planalto serrano; o deputado Moacir Sopelsa, do meio-oeste; o deputado Mauro de Nadal, com a representação do extremo oeste; o deputado Carlos Chiodini, com a força da região norte, e eu como representante do vale.

O PMDB, também com a força do deputado Valdir Cobalchini, da deputada Ada De Luca, do deputado Renato Hinning e de outros valorosos companheiros, é a legenda que somou mais de 770 mil votos para deputado estadual nas eleições de 2010.

Nosso partido tem uma tradição democrática que garantiu a simpatia dos brasileiros, especialmente dos catarinenses. Nossa primeira representação nesta Assembleia foi eleita em 1966, contando com personagens que fizeram história no partido, como os ex-líderes da bancada: Evilásio Caon, Carlos Büchele e Pedro Ivo Campos, adiante eleito o primeiro governador peemedebista.

Ao contrário dos que omitem origens e rastros sombrios em quadras da história política da nação e do estado, que justificaram trocas de siglas na

tentativa de embaçar a memória do eleitor, o PMDB apenas alterou seu nome em 1980, com o fim do bipartidarismo.

O MDB era a frente das Oposições ao regime, já tinha uma militância aguerrida e seu crescimento refletia a simpatia da população por suas lutas.

O MDB e o PMDB fizeram história em Santa Catarina e no Brasil. A bancada revelou vários futuros governadores, senadores, deputados federais, presidentes da Assembleia, desembargadores no Tribunal de Justiça e conselheiros no Tribunal de Contas do Estado.

Nossa sigla nunca abriu mão de suas tradições democráticas, políticas e públicas que visam ao bem-estar da população, mantendo as bandeiras como a da desconcentração do poder e do municipalismo.

Entre nossos líderes, afora os já citados, apontamos históricos como Murilo Canto; Lauro André da Silva e Miguel Ximenes; João Mattos e o ex-governador Paulo Afonso, que hoje preside o partido no licenciamento do vice-governador Eduardo Pinho Moreira; bem como os deputados federais Ronaldo Benedet e Rogério Peninha Mendonça e os senadores Luiz Henrique da Silveira e Casildo Maldaner, ambos também ex-governadores.

Devemos reverenciar também os que já não estão mais entre nós, como Cid Pedroso, Roberto Mota, Irai Zílio e Geovah Amarante.

Nossa bancada sempre foi atuante e sempre desfraldou as grandes bandeiras de nosso partido!

Assim como lá atrás garantimos a redemocratização do Brasil com a luta das 'Diretas Já' contra o autoritarismo, o PMDB ainda empreende a luta pela valorização dos municípios, que é onde vivem as pessoas; pela desconcentração dos recursos hoje concentrados nos cofres da união.

Por isso é que no último pleito municipal em Santa Catarina o PMDB elegeu 113 prefeitos, 844 vereadores e está presente em 145 administrações municipais.

Hoje, num momento em que a atividade política é tão questionada pelo cidadão comum, devemos lembrar que o PMDB é um partido com serviços prestados.

No governo federal, podemos destacar o desempenho da pasta da Agricultura, que vem sendo conduzida pelo PMDB e incluiu na pauta das exportações brasileiras quatro dos seis produtos cobiçados pelo mercado externo: soja, milho, café e açúcar.

No plano estadual, devemos apontar a linha política empreendida pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, juntamente com Eduardo Pinho Moreira e depois com Leonel Pavan, de valorizar a descentralização com as secretarias de Desenvolvimento Regional, processo do qual participei como secretário em Ibirama e região.

São bandeiras que seguem presentes no governo de Raimundo Colombo, do qual o PMDB é o maior sócio, pois a soma de seus votos em 2010 representou quase 40% do total dos votos da base aliada neste Parlamento.

O PMDB defendeu e defende os municípios com a desconcentração dos recursos, a construção de acessos pavimentados para viabilizar o desenvolvimento das comunidades e sempre lutou para ampliar a qualidade de vida da população, a geração de empregos, a economia, a indústria e a infraestrutura.

Hoje, por sinal, devemos consolidar um novo pacto com a indústria catarinense, que sofre com a concorrência internacional e espelha um delicado momento nacional, em que a participação da indústria brasileira cai para menos de 15% do PIB, que representa tudo o que o país produz e está num nível observado em 1956, primeiro ano do governo Juscelino Kubitschek."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputado Aldo Schneider. Não poderia ser diferente, depois dessa carta de amor ao PMDB. E agora o deputado Padre Pedro Baldissera vai proferir a carta de amor ao Partido dos Trabalhadores.

Mas, srs. deputados, registro a presença do advogado Jean Vaz, de Rio do Sul, que amanhã, deputado Padre Pedro Baldissera, acompanhar-me-á

em uma audiência no Conselho Nacional de Justiça, em Brasília, com a grande ministra Eliana Calmon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, aproveito a tarde de hoje para trazer presente alguns aspectos que dizem respeito ao dia 14 de março, que marca o Dia Internacional de Luta contra as Barragens. E é exatamente em torno disso que muitas vezes têm-se levantado e através de suas organizações têm feito mobilizações para mostrar à sociedade brasileira e mundial os problemas ambientais, humanos, sociais e econômicos causados pela maioria das barragens nas diferentes regiões em que estão sendo construídas.

Só para se ter ideia, no Brasil foram construídas, até o presente momento, mais de duas mil barragens e está prevista a construção, nos próximos anos, de mais 1.443 barragens.

Sabemos que a energia é uma necessidade para a população. É preciso que haja energia, é preciso que se produza energia, mas temos que ter também a capacidade e a ousadia de buscar alternativas de produção de energia. Existem alguns encaminhamentos, mas muito tímidos, infelizmente, com relação à produção alternativa de energia.

É por isso que em Santa Catarina, que não é diferente do resto do país, têm ocorrido várias mobilizações, como as que ocorreram ontem e hoje, que ocorrerão também amanhã, em função exatamente do dia 14, que é o Dia Internacional de Luta contra as Barragens.

É claro que o foco principal de todas essas mobilizações está concentrado em denunciar as graves consequências, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou ambientais, desse modelo energético em nível mundial. Então, ele está diretamente direcionado, centralizado na denúncia desse modelo que provoca terríveis consequências à vida das pessoas e à questão econômica, social, e ambiental.

Nessa mesma direção, as mobilizações estão revestidas da busca de uma cobrança, para que as construtoras dos lagos ofereçam uma atenção mais forte aos desalojados. São muitas famílias que estão sendo desalojadas e que não têm rumo, não sabem para onde ir e muito menos o que fazer.

Portanto, além de denunciar esse modelo energético, essas mobilizações têm a finalidade de tornar presente essa situação cruel, dramática, para milhares de famílias no país e no mundo. Além disso, acompanhamos, ontem, a ocupação do canteiro de obras da Usina Garibaldi, em Abdon Batista, por mais de 400 pessoas, no sentido de provocar negociação por parte da empresa Triunfo, pois há muito tempo os atingidos vêm procurando sentar-se à mesa de negociação, mas infelizmente a empresa não está propiciando o diálogo com as famílias atingidas por aquela usina.

Portanto, quando a violência é extrema, temos que tomar atitudes mais drásticas, mais fortes, para poder sensibilizar ou pelo menos convencer aqueles que dominam o processo da construção a sentar e a dialogar.

Na manhã de hoje, mais de 400 pessoas desocuparam a área por força de decisão judicial, mas continuam mobilizadas e organizadas. Querem também que os poderes constituídos intervenham nessa situação que estão enfrentando.

É claro que outro aspecto extremamente importante e essencial é exatamente a luta por melhores condições de vida e de alojamento dos trabalhadores daquela usina, que estão em instalações precárias, sem condição nenhuma de poder viver. É uma situação desumana, além de ter que prestar o serviço durante todo o dia.

Fora isso, é claro que o movimento busca uma política nacional que defina diretrizes e critérios para o tratamento dos atingidos por barragens. Ao mesmo tempo, pede que se crie o fundo de auxílio para reparar os prejuízos e garantir o reassentamento das famílias desalojadas.

Então, parece-me que são reivindicações extremamente justas. Não estão pedindo nada mais

do que aquilo que lhes pertence, aquilo que construíram com muito suor, com muito trabalho e com muito esforço e que agora veem ameaçado: seu patrimônio, sua cultura, sua história e sua vida, sem perspectiva nenhuma para seus filhos e filhas.

Portanto, é uma situação dramática, difícil, e é preciso que se faça alguma coisa. Não dá para, em nome do capital, em nome do poder econômico, tirar a dignidade e a vida de pessoas. É preciso, sim, que haja preocupação com a questão financeira e econômica, mas a vida tem que ser colocada acima de tudo!

Por isso esse desabafo, neste momento, mas é preciso que haja uma política diferenciada com relação aos atingidos pelas barragens.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Tendo em vista que ainda não iniciou o horário dos Partidos Políticos, em deferência a v.exa., deputado Serafim Venzon, concedo-lhe a palavra por dez minutos para o seu pronunciamento, ainda em Breves Comunicações.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que acompanham os trabalhos desta Casa, quero fazer referência, hoje, ao processo de desenvolvimento econômico que o Brasil passa graças a inúmeras mudanças que se começou a ter coragem de fazer justamente na Constituição de 1988. E o primeiro presidente que de fato arregaçou as mangas, somou forças, flexibilizou a legislação e fez convergirem partidos divergentes foi Fernando Henrique Cardoso.

Seguramente agora, dez ou 15 anos depois desse processo, já assistimos a esse grande desenvolvimento que o Brasil e Santa Catarina passam, graças ao trabalho de cada brasileiro e de cada catarinense. Mas devemos destacar também que esses brasileiros e catarinenses sempre trabalharam, mas faltava, sim, uma organização social e política melhor. E com a estruturação de todo poder público, relacionada com o sistema privado, aproveitando as diversas forças da

sociedade e as forças do sistema público, temos um país em grande marcha de desenvolvimento.

Destaco aqui que o processo de transferência de renda, especialmente às famílias mais pobres, foi feito exatamente no governo do presidente Lula e que a presidente Dilma Rousseff continua fazendo essa transferência.

Essa transferência de renda, especialmente para as famílias mais pobres, ajuda, primeiramente, as pessoas que vivem, de certa maneira, em situação de vulnerabilidade. No Brasil são 13 milhões de famílias e em Santa Catarina são 141 mil famílias que recebem o Bolsa Família. Mas além delas também existe em torno de 21 mil idosos que recebem um salário mínimo por mês. Quando eram mais novos certamente trabalharam e não recolheram, por qualquer razão, nenhuma contribuição ao INSS. E agora, idosos, não têm como se sustentar e também como trabalhar para o seu sustento. Por isso, aproximadamente 21 mil idosos recebem um salário mínimo por mês. Eu imagino que devam existir mais uns 20 mil idosos que também deveriam estar recebendo esses recursos, e isso faria um grande bem para eles e para as suas famílias. É evidente que quem ganha apenas um salário mínimo por mês gasta esse dinheiro no mercado mais próximo, na sua própria cidade, e esse recurso, em questão de dias, passa a ser injetado na economia, ajudando a manter essa grande economia que Santa Catarina tem.

Além disso, temos hoje 38 mil pessoas com deficiência que recebem um salário mínimo por mês. Antes da Constituição de 1988 elas não recebiam, pois não havia como fazê-lo, e se fosse feito, tinha que ser como se fosse uma coisa caridosa. Hoje, tanto as famílias carentes, como os idosos e os deficientes, que são 37 mil, recebem um salário mínimo por mês. Esses recursos que são de direito deles e são repassados oficialmente da conta do governo para a conta deles fazem um bem danado a eles e são injetados, na sequência, na economia.

Mas tudo isto, ou seja, o trabalho dos catarinenses e a organização política e social do governo federal, do governo do estado e dos

governos municipais, foi, naturalmente, orquestrado em cima de um grande processo de flexibilização que Fernando Henrique Cardoso começou e que o presidente Lula e a presidente Dilma Rousseff continuaram. E agora vemos aí o Brasil com esse grande desenvolvimento.

Hoje se insiste em dizer que o processo de inclusão social das pessoas, além de ser bom para elas, também vai ajudar a aquecer a economia.

Hoje há 140 mil famílias que ganham o Bolsa Família, mas há 351 mil famílias que estão inscritas no chamado CadÚnico, um cadastro social cujos membros recebem por mês menos de meio salário mínimo.

É interessante notar que o Caged fez um levantamento. Eu recebi algumas informações do sr. Demétrius Moura, diretor de Trabalho, Emprego e Renda da secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, contendo alguns números. Assim como existem 350 mil famílias que passam o mês com menos de meio salário mínimo, existem também 353 mil pessoas que estão na lista de procura de emprego ou que têm um subemprego. E não são certamente os mesmos, mas esse subemprego e essa falta de emprego é o que desloca essas 350 mil famílias para esse cadastro social de pessoas que passam o mês com uma renda pequena.

Luta-se para que haja esse processo de inclusão, e o melhor processo não é apenas fazer a transferência de renda. No ano passado, foram transferidos, em forma de benefícios para as pessoas, R\$ 596 bilhões. Mas, além disso, está-se fazendo um grande processo de inclusão produtiva. Ou seja, será bom para as pessoas que têm capacidade de ganhar o seu sustento e de sua família, porque é através do trabalho que a pessoa transforma a sua alma, pois ela se realiza ao trabalhar. Quando trabalhamos, não ganhamos apenas o salário, nós nos identificamos. O nome de cada pessoa está muito vinculado exatamente ao que ela faz, a qualificação profissional é um complemento do nome.

Então, Santa Catarina requer um grande processo de qualificação profissional. E sei que a

secretaria da Assistência Social, através da diretoria do Trabalho, Emprego e Renda, está de mangas arregaçadas identificando as pessoas que precisam ser qualificadas. Igualmente, através dos 106 postos do Sine são oferecidas vagas. Ao mesmo tempo em que identifica as vagas disponíveis, o Sine identifica as pessoas que precisam ser qualificadas. E tudo isso faz com que aconteça esse grande processo de inclusão social, que será muito bom para elas, porque terão a sua renda, e, naturalmente, para o estado de Santa Catarina.

Portanto, esse processo de inclusão produtiva que faz um bem muito grande para essas pessoas, também o fará para o estado de Santa Catarina, que tem 1% do território nacional, 3% da população brasileira e 5% do PIB brasileiro. E tudo isso graças ao trabalho de todos nós, especialmente dos catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Serafim Venzon.

Sras. deputadas e srs. deputados, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PCdoB.

Com a palavra a deputada Angela Albino, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, gostaria de relatar a experiência vivida no começo desta semana, na segunda e terça-feira, quando visitei a comunidade chamada Complexo do Alemão, Complexo da Penha, no Rio de Janeiro, e o Morro Santa Marta, que vive uma experiência de combate às drogas e à violência e também de recuperação de cidadania.

Foi exatamente esse o tom do que consegui compreender. Eu, Marcelo Pomar e Júnior Robinson, que atuam na assessoria do mandato, fomos conhecer aquela realidade e o que nos saltou aos olhos foi isto: o grande combate à violência que se faz é a promoção da cidadania. Mas isso não é novidade nenhuma, em certo sentido, para nós. Se tomarmos o exemplo do Maciço do Morro da Cruz, vejam há

quanto tempo o padre Wilson vem dizendo a mesma coisa! Precisamos gerar oportunidade. Combate-se a violência gerando oportunidades, promovendo cidadania.

Um dos casos que nos foram contados foi o das pessoas não conseguirem ter acesso àquilo que para todos nós, que estamos aqui neste ambiente da Assembleia Legislativa hoje, certamente é uma ação muito comum, que é ter a Carteira do Trabalho. Para se fazer a Carteira de Trabalho é preciso ter a Carteira de Identidade. Para se fazer a Carteira de Identidade é preciso ter a Certidão de Nascimento. E para se obter a Certidão de Nascimento, começam os problemas. Essas pessoas vêm dos lugares mais distantes do país - e essa é a realidade do Rio de Janeiro, mas não é diferente nas áreas empobrecidas da nossa cidade - e não têm como ter acesso a esse simples documento. E cada um que está aqui saiu da maternidade nos braços da sua mãe já com ele prontinho, e para uma imensidão de brasileiros e brasileiras é uma dificuldade enorme e um anteparo à sua vivência à cidadania. Essas pequenas cidadanias nós ainda não conseguimos conquistar para a maioria dos cidadãos e cidadãs do povo brasileiro, especialmente para aqueles que vivem nas áreas empobrecidas.

Tivemos lá uma experiência muitíssimo interessante na área de mobilidade urbana e cidadania, porque, na verdade, não podemos falar de cidadania se não temos acesso às ferramentas da cidadania. Eu quero dizer que não adianta termos postos de saúde, se as pessoas não têm como se deslocar até lá; não adianta termos educação, se as pessoas não têm como se deslocar até o local onde o órgão público propicia essa educação.

Portanto, compreendemos o direito à mobilidade como um direito instrumental a todos os direitos. Assim, ele se situa, aproxima-se, conecta-se e entrelaça-se com os próprios direitos humanos e é uma ferramenta de cidadania.

Lá nós percebemos isso em duas experiências muito interessantes. A primeira foi no Morro da Dona Marta, que ficou famoso porque Michael

Jackson gravou lá um clipe, mas cuja população vive em situação de miséria.

Nos últimos tempos, o estado tem-se debruçado sobre essa comunidade, e uma das coisas aparentemente muito simples, mas de grande resultado que fez foi o que eles chamam de plano inclinado, uma experiência parecida com a que há na Bolívia. O plano inclinado é um elevador que sobe o morro. Imaginem uma mãe - e é bom lembrar que 47% dos lares empobrecidos de Florianópolis são chefiados por mulheres, apenas as mulheres estão dentro de casa - que volta da escola com o seu filho no colo, mais uma sacola de supermercado e tem que subir todos os degraus do morro. Essa simples medida foi de grande impacto naquela comunidade.

Mas vimos outra experiência muito importante para nós, que ocorreu em Porto Real, uma cidade que fica no sul do Rio de Janeiro, distante quase 150km da capital, e que agora instituiu a gratuidade total do transporte coletivo. Todas as pessoas da cidade têm acesso gratuito ao transporte coletivo. Que magia foi feita? Esta é uma bandeira que defendemos há muito tempo: tanto como é a escola, tanto como é o posto de saúde, o transporte coletivo não pode ser visto sob a ótica do lucro. E lá em Porto Real a prefeitura aluga o ônibus e é ela que, através de um fundo, através de medidas legais muito objetivas, consegue dar esse direito a todos os cidadãos e cidadãs daquela que é uma cidade pequena. Essa é uma experiência sem dúvida alvissareira para o país inteiro e que já se está repetindo em outras cidades.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputada!

O Sr. Deputado Padre Pedro Baldissera - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do prefeito do PT de Rio do Oeste, Odenir Felizari.

Damos-lhe as boas-vindas e desejamos-lhe uma boa estada no Parlamento catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro, deputado Padre Pedro Baldissera.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, eu teria preferência por 13 minutos, mas me contento com 11 minutos, mas se v.exa. for benevolente, conceder-me-á mais dois.

Sr. presidente, sras. deputadas Ana Paula Lima, Angela Albino e Dirce Heiderscheidt, demais srs. parlamentares, quero dar as boas-vindas ao prefeito de Rio do Oeste, que faz um belíssimo trabalho na região do vale do Itajaí, sr. Odenir Felizari, cumprindo o seu segundo mandato à frente da prefeitura daquele querido município. Dou as boas-vindas ainda ao vice-prefeito de Porto União, também do Partido dos Trabalhadores, sr. Anizio de Souza; bem como o secretário de Indústria e Comércio, sr. Aloísio Salvatti, que estão nesta capital para solucionar problemas dos seus municípios.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense!

(Passa a ler.)

"Ocupo o espaço reservado ao Partido dos Trabalhadores na tarde de hoje para somar-me à fala, ao desabafo do deputado Volnei Morastoni que, tenho certeza, também será o desabafo nos próximos dias de vários deputados desta Casa, em virtude da necessidade urgente de investimentos na área da saúde no estado de Santa Catarina."

Vou ater-me a alguns problemas da Saúde, a começar pelo plano de saúde dos servidores públicos do estado, o SC Saúde, que está gerando um desconforto generalizado para todos os

servidores, que está um caos em alguns municípios devido à falta de atendimento médico.

Mas o deputado Volnei Morastoni, inclusive na reunião da comissão de Saúde, escutou um prefeito da região que fez um desabafo sobre as necessidades urgentes por parte do governo do estado de investimentos na área da saúde.

(Continua lendo.)

“Digo isso porque tanto o governo estadual quanto o governo federal têm que investir mais, sim, na área da saúde para atender às necessidades da nossa gente.

Os recursos federais para a área da saúde que eram na ordem de R\$ 36 bilhões, em 2002, passaram para R\$ 86 bilhões em 2012. Um acréscimo de 110%. Mas isso ainda está aquém das necessidades da população brasileira.

O mesmo problema verificamos no Orçamento estadual e nas políticas pretendidas de terceirização dos serviços de saúde em Santa Catarina, como, por exemplo, o Samu e os hospitais públicos.”

Parece que estão sucateando os hospitais públicos, a exemplo do Hospital Regional Hans Dieter Schmitz, de Joinville, que está com 40 leitos desativados, motivo de debate, inclusive, na tarde de ontem, porque o secretário de Saúde, que é daquele município, não está fazendo nada.

Se depender desta deputada e do Partido dos Trabalhadores as pretensões do governo não se concretizarão, pois não é possível privatizar a saúde em Santa Catarina.

Ainda falando sobre a saúde, gostaria de registrar que foi inaugurado na última segunda-feira, na minha querida Blumenau, o Hospital Regional Universitário da Furb, com atendimento 100% através do Sistema Único de Saúde. É uma obra significativa porque amplia o atendimento hospitalar na região metropolitana de Blumenau, que fica às margens da BR-470, e que conta com R\$ 1,8 milhão vindos do governo federal, através do Fundo Nacional de Saúde, mais R\$ 80 mil para aquisição de equipamentos. Outros R\$ 490 mil foram investidos pelo governo do estado para a compra de

equipamentos, R\$ 510 mil para a obra e a Universidade Regional de Blumenau, a Furb, entrou com R\$ 1 milhão nas instalações.

A construção do Hospital Universitário da Furb é esperada há mais de 20 anos. E temos algumas personalidades que não sossegaram enquanto aquele hospital não foi aberto para atender à nossa comunidade. E cito os antigos reitores da nossa Furb que, inclusive, estavam na inauguração: o professor Egon José Schramm e o dr. Romualdo Heil, que não sossegaram enquanto o Hospital Universitário de Blumenau não foi aberto.

Digo isso porque em inúmeras reuniões do Orçamento Regionalizado lá estava o dr. Romualdo defendendo diante dos parlamentares os investimentos do estado para a conclusão daquela obra tão importante para a nossa cidade, para a nossa região.

A pedra fundamental daquele hospital foi lançada no ano de 1997, mas a obra começou, de fato, há sete anos. Passou por diversos entraves, atrasos nas obras, mas, finalmente, está sendo entregue a nossa comunidade.

A cerimônia de inauguração foi simbólica, já que o hospital universitário da Furb já está atendendo à população desde o dia 16 de janeiro, com 17 especialidades de clínica e cirurgia geral (adulto e pediátrica), ambulatorial, vascular, otorrinolaringologia, neurocirurgia, pescoço e cabeça, urologia (adulto e pediátrica), nefrologia, oncologia cirúrgica, proctologia e ortopedia.

Estudantes de Medicina, de Fisioterapia e de Psicologia já atuam no Hospital Regional Universitário, que nessa etapa inicial está funcionando como ambulatório interdisciplinar. Nos primeiros 30 dias de operação foram contabilizadas 39 pequenas cirurgias, 520 consultas, 1.270 atendimentos e 145 pacientes examinados pelo laboratório de análises clínicas. Em breve, acadêmicos dos cursos de Enfermagem e Farmácia também devem começar a trabalhar na unidade.

O Hospital Universitário da Furb ocupa uma área de 1.600m² e também conta com um centro

cirúrgico com salas equipadas para atendimento de cirurgias de pequena e média complexidade. Sua ala de diagnóstico proporciona à comunidade exames de sangue e urina, radiologia, eletroneuromiografia, eletroencefalografia e eletrocardiograma.

O Hospital Universitário da Furb nasce com a tarefa de prestar assistência à saúde da população, oferecer condições apropriadas de ensino de graduação e de pós-graduação aos alunos, promover a educação continuada e a integração das atividades docentes assistenciais e de apoio à pesquisa e extensão.

Agora a tarefa da Universidade Regional de Blumenau é a busca de financiamento para a construção de um hospital de médio porte para atendimento de urgências, emergências e reabilitação. Outro importante passo para o futuro do Hospital Regional Universitário será dado na próxima reunião do Conselho Municipal de Saúde, no dia 21 de março, quando deve ser votada a proposta de credenciamento da unidade como um hospital-dia junto ao ministério da Saúde, permitindo o aporte de verbas estaduais do SUS e, conseqüentemente, aumentando a variedade de serviços disponíveis aos pacientes.

Durante a cerimônia, o governador anunciou a liberação de mais R\$ 1 milhão para a continuação das obras na unidade de saúde. Com esse dinheiro, mais os R\$ 250 mil cedidos pela prefeitura há cerca de dez dias, a Furb poderá concluir as obras da policlínica, um prédio de três pisos anexo ao HU.

O projeto, srs. deputados e sras. deputadas, do Hospital Universitário de Blumenau ainda necessita de muito investimento para a sua conclusão definitiva.

Trabalhamos nesses últimos anos colocando sempre no Orçamento estadual recursos para conclusão daquela obra, na busca dos recursos necessários à sua conclusão tanto no governo estadual quanto no governo federal.

Hospital público e de qualidade, é essa a nossa defesa. Ressalto a importância de esta Casa sempre colaborar para colocar no Orçamento do

estado recursos para o término daquela obra tão importante para a cidade de Blumenau e para os municípios do médio vale do Itajaí.

Graças a Deus mais uma obra concluída para beneficiar o atendimento a nossa gente!

Muito obrigada!"

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa de Adilson Zeni, prefeito por três vezes no município de Águas de Chapecó; do prefeito Erno Menzel, de Cunhataí; de Alencar Fiegenbaum, secretário de Desenvolvimento Regional de Palmitos; de Agostinho Nos, gerente de Educação da Regional de Palmitos e também do sr. Servino Albani, que exerce as funções de prefeito municipal em exercício do município de Modelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, gostaria de saudar o ex-deputado, hoje prefeito de Balneário Camboriú, Edson Piriquito, que se encontra neste plenário.

Dou-lhe as boas-vindas a esta Casa e torço para que resolva os problemas da Saúde no seu município.

Muito obrigado pela presença e um abraço, prefeito Edson Piriquito.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, apenas gostaria de fazer minhas as palavras do deputado Antônio Aguiar, porque o deputado Edson Piriquito foi uma das grandes amizades que cultivei nesta Casa. Tenho por ele muito carinho, admiração e torço também pelo seu sucesso.

Um grande abraço, prefeito!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Parabéns, prefeito Edson Piriquito, nosso ex-colega, nosso companheiro e nosso amigo!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, vi que os oradores que me antecederam dissertaram sobre a situação dos hospitais e quero aproveitar para cumprimentar o prefeito Edson Piriquito pelo hospital do seu município, que está muito bem montado. Tive que internar minha sogra em Balneário Camboriú e pude constatar, sr. prefeito, o excelente atendimento, desde a recepção.

Eu preenchi o questionário de sugestões e reclamações e destaquei o ótimo atendimento em todos os setores, desde a humildade dos funcionários, a atenção, o comportamento para com os familiares dos pacientes, com a proibição de adentrarem com produtos perecíveis, pois é perigoso tendo em vista a possibilidade de contaminação. Um excelente trabalho! O hospital, pelo que sei, é administrado pela Cruz Vermelha.

Parabéns, prefeito Edson Piriquito!

Um detalhe muito importante que se deve registrar refere-se ao corpo clínico, que é formado por médicos bastante jovens e que têm uma atenção especial com os pacientes, principalmente

com as pessoas idosas, sempre com muita paciência e presteza.

E por falar em hospital, escutei atentamente o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima quanto ao problema do SC Saúde e confesso que tinha a mesma impressão. Mas neste final de semana estive na região, em vários municípios, e tive a oportunidade de contatar com a presidente da Associação Médica de Caçador, dra. Maria Lúcia, e com o secretário da Administração, Milton Martini, que imediatamente tomou as providências necessárias para sanar os pequenos problemas que estavam ocorrendo quanto ao credenciamento dos médicos, dos hospitais, ou seja, com relação à parte burocrática que realmente é um pouco complicada. O secretário da Administração determinou a presença, *in loco*, de pessoas preparadas para orientar o setor médico e o setor hospitalar quanto ao credenciamento e às providências a serem tomados.

Claro que houve um atrapalho durante alguns dias e atrasos no fornecimento de algumas carteirinhas de associados, mas houve também problemas com os Correios de troca de endereços, que já estão sendo sanados.

Estive com a administração do hospital de Caçador, que é muito bem administrado pelas irmãs religiosas e que já recebeu do governo do estado, srs. deputados e sras. deputadas, R\$ 920 mil para a aquisição de equipamentos para o seu bom funcionamento, inclusive uma pequena fábrica de oxigênio, que é usada diuturnamente e é um produto caro. Com esse valor as irmãs terão condições de providenciar a licitação dos equipamentos para produzirem o seu próprio oxigênio nas dependências daquele hospital.

Ainda há programada, deputado Antônio Aguiar, a quantia de R\$ 14 milhões para investimentos naquele hospital, através de um programa de liberação programada da secretaria da Saúde, destinados à construção de uma nova ala, até porque temos problemas com a psiquiatria, que funcionava no Hospital Jonas Ramos e que por

determinação da secretaria de estado da Saúde não terá mais condições continuar atendendo.

Por isso, houve um contato com o Hospital Santa Cecília, que está absorvendo os pacientes até que tenham alta. Então, os pacientes estão sendo conduzidos para o Hospital Santa Cecília, que tem um atendimento muito bom.

Dessa forma, quero congratular-me com o governo, pois sabemos que não é fácil, mas está engrenando. A herança foi muito ruim e os catarinenses sabem disso.

O nosso governador Raimundo Colombo, com sua equipe e com o apoio desta Casa, deputado Elizeu Mattos, líder do governo, tem condições de resolver esse problema e está fazendo a coisa certa. Ele precisa apenas fazer pequenos ajustes, como, por exemplo, a revisão das máquinas novas, ajustes de aperto aqui, de folga ali, mas tenho certeza de que o problema na área da saúde do estado está muito bem encaminhado.

Tenho certeza absoluta de que os segurados da SC Saúde terão o atendimento de sempre. O plano que eles têm, nós, os deputados, também temos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, quero cumprimentar com muita satisfação os vereadores Manoel Miguel Pinheiro, Douglas Elias da Costa e César Manoel da Silva, juntamente os nossos amigos Selma e João Arlindo, todos de Barra Velha, município com o qual temos um comprometimento histórico, desde que passamos a exercer o papel de deputado nesta Casa. Fomos eleitos para o quarto mandato consecutivo nesta Casa e pela quarta vez estamos representando o município de Barra Velha.

Tivemos a honra de recebê-los hoje em nosso gabinete, pois vieram a Florianópolis para fazer

reivindicações para o município de Barra Velha. Tive a satisfação de atender aos anseios dos vereadores e estamos conseguindo junto ao governo do estado mais R\$ 100 mil para que possamos fazer algumas melhorias no município.

Muito obrigado pela presença de todos nesta Casa!

Sr. presidente, vou insistir na questão e bater nesta tecla sempre desta tribuna até conseguir, pelo menos, sensibilizar o governo do estado em relação à estrada do Rio do Morro, no município de Araquari.

Os deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos sabem muito bem que provavelmente no ano que vem começaremos a ver as máquinas voltarem para a região para a duplicação da BR-280 e que a partir desse momento teremos mais problemas no que diz respeito ao trânsito direcionado para São Francisco do Sul, Araquari, Barra do Sul, praias do Ervino, Ubatuba, Enseada, Iperoba, Capri, Forte, enfim, toda aquela região vai sofrer mais do que já vem sofrendo a partir do momento em que começarmos a ver a duplicação da BR-280, que é um sonho de todos nós.

Farei pessoalmente, mais uma vez, um apelo ao governador e quero pedir também a companhia dos deputados Darci de Matos e Kennedy Nunes. Precisamos marcar uma reunião urgente com o governador para sensibilizá-lo com relação ao asfaltamento da estrada do Rio do Morro, principalmente daquele trecho que sai de Barra do Sul, que vai de Itapocu até a BR-101, e faz parte do projeto da rodovia do Encanto, da qual tanto se fala. Parece uma rodovia encantada porque até agora não saiu, mas algumas partes já estão saindo.

É fundamental que tenhamos o asfaltamento desse trecho para poder desafogar o trânsito da BR-280, principalmente no verão, e mesmo em qualquer época, porque qualquer dia em que v.exas. se dirigirem a São Francisco do Sul irão deparar-se com um movimento monumental naquela região, não só por conta dos veículos, mas por conta dos

caminhões que fazem uma enorme fila até chegar ao porto de São Francisco do Sul.

Vamos ter daqui a pouco, sr. presidente, na Ordem do Dia, a votação de alguns vetos opostos pelo governador a alguns projetos que aprovamos nesta Casa, entre os quais está um projeto de minha autoria, aprovado por unanimidade não apenas em todas as comissões pertinentes, mas também pelo Plenário. Infelizmente, o setor jurídico do Poder Executivo recomendou ao governador que vetasse. E assim aconteceu, foi vetado pelo governador em exercício. Refiro-me ao Projeto de Lei n. 0367/2012, que estabelece a utilização de mensagens educativas sobre o uso indevido de drogas em *shows*, eventos culturais e esportivos voltados para o público infanto-juvenil.

Acho que esta deveria ser uma obrigação moral de todos nós, ou seja, lutar em prol da prevenção do uso de drogas junto àqueles que são mais suscetíveis ao poder de persuasão dos traficantes. Nos ingressos deveria estar escrito alguma frase educativa. Por exemplo: "droga mata", para que pudéssemos alertar os nossos jovens sobre o uso de drogas.

Espero sinceramente que derrubemos esse veto.

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence ao PMDB.

Com a palavra o deputado Edison Andrino por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, vou dividir o espaço do partido com o deputado Antônio Aguiar, a quem prometo que darei a maior parte do tempo.

Mas, sr. presidente, na semana passada foi comemorado nesta Casa o Dia Internacional da Mulher. Houve aqui uma sessão especial, à qual não pude comparecer, mas quero, no dia de hoje, fazer referência ao Dia Internacional da Mulher, pois como prefeito da capital tive a honra de criar o primeiro Conselho Catarinense da Condição

Feminina. Foi um dos primeiros conselhos criados no Brasil.

Minha filha me ligou hoje da Bahia, ela é jornalista em Salvador, e pediu-me que eu não me esquecesse de fazer uma homenagem a uma brasileira chamada irmã Dulce, pois hoje faz 20 anos da sua morte.

Sr. presidente e srs. deputados, quero aqui relembrar a história de uma grande mulher brasileira a quem poucos conheciam pelo verdadeiro nome: Maria Rita Lopez Pontes, que começou a fazer o bem ainda muito jovem, aos 13 anos de idade, levando enfermos e mendigos para sua casa em Salvador. Naquela época a sua residência ficou conhecida como a portaria de São Francisco, em razão do número de pessoas que se aglomeravam no local. Aos 20 anos se tornou freira e ficou conhecida como irmã Dulce dos pobres, o anjo bom da Bahia.

De estatura pequena, media apenas 1,50m, tinha uma personalidade forte e muita coragem. Durante dez anos peregrinou com os doentes pela capital baiana, chegou a invadir cinco casas para abrigar quem recolhia nas ruas, até que instalou os pacientes num galinheiro dentro de um convento, que mais tarde viria tornar-se o principal hospital das obras sociais que levam seu nome.

Arrecadou dinheiro e mantimentos através de esmolas que pedia no comércio e no mercado de Salvador. Quando ganhou notoriedade, passou a pedir ajuda a presidentes, governadores e artistas. Certa vez perguntou ao diretor de uma grande empresa se ele não queria uma poupança no céu e conseguiu mais uma contribuição financeira.

Assim, criou em 1959, há 53 anos, a Associação Obras Sociais Irmã Dulce, que hoje inclui escolas para crianças, asilos e hospitais. Médicos de todas as especialidades trabalham nas obras voluntariamente, nenhum paciente paga nada, nem mesmo pelos remédios. As únicas regras estabelecidas por irmã Dulce é que os doentes fossem pobres e que o atendimento fosse imediato, independentemente da hora que chegassem.

Para checar a saúde deles, irmã Dulce visitava os pavilhões do hospital duas vezes por dia. Poucas pessoas merecem tantos aplausos e tantas homenagens. Uma mulher adorada pelo amor raro pelo próximo e pela fé inabalável em Deus.

Em 1988, irmã Dulce foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz pelo ex-presidente José Sarney. Apesar de não ter vencido, a religiosa mostrava o reconhecimento do seu trabalho. Apesar de toda bondade, caridade e entrega, irmã Dulce sofreu muito antes de morrer, pois passou os últimos 30 anos da sua vida com a saúde bastante debilitada. Um enfisema pulmonar restringiu sua capacidade respiratória a apenas 30%. A pequena Dulce chegou a pesar 38kg, mas a doença não a impediu de manter uma das instituições filantrópicas mais respeitadas do país. O papa João Paulo II ficou entusiasmado com a obra da missionária na sua primeira visita ao país, em 1980. Em 1991, o papa visitou a freira já no hospital, bastante doente.

Seu processo de canonização começou em 2000. No ano passado a Igreja Católica reconheceu que a bibliotecária Cláudia Cristiane, que mora no interior de Sergipe, curou-se de uma grave hemorragia durante o parto do segundo filho graças à intercessão da irmã. No dia 22 de maio, dia da beatificação, foi dado o último passo para a canonização da freira, mas ela ainda precisa de um segundo milagre.

Para nós não é preciso que se comprove a sua santidade. Mesmo tendo-nos deixado há duas décadas, irmã Dulce atende por ano cinco milhões de pessoas carentes através das suas obras sociais. O velório da beata foi a demonstração de um feito raro, ou seja, ela conseguiu reunir pobres e ricos por um mesmo motivo: a paz. Não importa o tempo que a Igreja Católica leve para canonizá-la, a bem-aventurada Dulce dos pobres é a primeira santa do Brasil."

Quero, sr. presidente e nobres srs. deputados, embora tardiamente, pois na semana passada é que foi o Dia Internacional da Mulher, registrar, na tarde de hoje, essa homenagem a uma das figuras humanas mais importantes, não do Brasil, mas do

mundo, pelo trabalho social que desenvolveu na Bahia, mas que se reflete em todo o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário destinado ao PMDB, o restante do tempo será utilizado pelo deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, comunidade catarinense, representantes de São Bento do Sul aqui presentes, em nome do Brozoski saúdo vocês; saúdo ainda o secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Porto União, Aloísio Francisco Salvatti.

(Passa a ler.)

"Em outubro do ano passado este deputado apresentou nesta Assembleia Legislativa um projeto de lei com uma proposta que segue em debate, propondo a criação de um conselho escolar antidroga em todos os estabelecimentos de ensino fundamental e médio do estado. Minha sugestão está tramitando na comissão de Constituição e Justiça desta Casa, e há um debate sobre a possibilidade de um parlamentar apresentar tal proposta.

Há colegas que entendem que a iniciativa deve partir do Executivo, mas a verdade é que este deputado pretendeu trazer à luz uma questão muito séria que envolve a conscientização do jovem para a questão das drogas que estão nas ruas de todas as nossas cidades.

Nossa iniciativa pretende que em cada estabelecimento de ensino de Santa Catarina organize-se o processo de formação e o debate sobre os planos de trabalho a serem desenvolvidos por cada conselho escolar antidrogas, seguindo as diretrizes e metas traçadas pelo Conselho Nacional Antidrogas; as diretrizes do Conselho Estadual de Entorpecentes - o Conen; dos Conselhos Municipais de Entorpecentes e dos Conselhos Municipais Antidrogas, tudo sob a orientação das secretarias de estado de Educação, de Justiça e de Segurança Pública.

A proposta partiu de uma lei vigente desde 2009 no estado do Mato Grosso do Sul, aonde vem

dando ótimos resultados. Estamos tratando de um assunto delicado, mas presente na sociedade, pois todos os jovens hoje lidam com isso diretamente, mesmo que não sejam usuários. A proposta é para descentralizar o debate sobre drogas e assim ter mais eficiência na estratégia de recuperação de usuários e no combate ao tráfico.

O conselho escolar antidroga proposto deveria ser composto proporcionalmente por representantes do corpo docente, pelos alunos e pelos pais em cada escola, com renovação do grupo a cada dois anos e com idade mínima para alunos participantes fixada em 14 anos. Caberia ao conselho executar atividades educativas de prevenção e combate ao consumo de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e do uso de tabaco.

A proposta é que as atividades contem com o apoio técnico da Polícia Militar de Santa Catarina, por meio do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - o Proerd. E gostaria aqui de parabenizar o comandante Nazareno e toda Polícia Militar pelo trabalho que vêm realizando no Proerd.

O projeto tem como principal finalidade oferecer mais um instrumento na luta pela prevenção e combate ao consumo de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e do uso de tabaco por alunos das escolas do estado. Afinal, são os alunos do ensino médio e fundamental os que mais necessitam de informações que os possam apoiar na resistência ao assédio dos traficantes.

Nossa proposta objetiva minimizar o problema das drogas, pois com a participação de professores, pais e alunos de cada comunidade, que conhece melhor do que ninguém os problemas que estão no seu entorno, poderão ser encontradas formas eficientes para enfrentar essa que hoje é uma verdadeira chaga social.

Caberia a cada conselho desenvolver ações buscando levar aos alunos informações acerca dos malefícios causados pelo uso de entorpecentes, de bebidas alcoólicas e de tabaco, oferecendo, assim, meios para que esses possam resistir às drogas.

O Proerd, que é um programa de resistência às drogas, serve de exemplo de sucesso ao combate do uso de drogas lícitas e ilícitas em nosso estado. É de trabalhos dessa natureza que nossos alunos necessitam. Dando-lhes a incumbência de participar de tão valorosa missão, devidamente assessorados por professores, pais e pelos órgãos competentes, certamente as conseqüências serão extremamente positivas.

Entendendo que a informação e a prevenção são as armas mais eficientes ao combate ao uso de drogas, apresento essa proposição e conto com o apoio dos nobres colegas.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Aproveito para dar um aparte ao deputado Ismael dos Santos, que também tem-se dedicado a esse tema.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Parabenizo o deputado pela proposição que vem em bom momento. Nós, da frente parlamentar, temos enfatizado muito a questão da prevenção, embora trabalhando também com outros eixos, como a reabilitação, a repressão e agora a ressocialização. Mas não há dúvida de que a prevenção precisa ser de fato trabalhada e olhada com carinho pelos parlamentares.

Esse trabalho começa na família e necessariamente passa pela educação. E aí vem o mérito do seu projeto, pois chama a escola para uma participação ativa através dos professores, pais e alunos.

Eu gostaria de deixar uma sugestão, deputado. Quando v.exa. mencionou as secretarias de estado da Educação e da Saúde, gostaria de acrescentar a secretaria da Assistência Social. Inclusive, nesta tarde houve uma audiência com o dr. João José Cândido da Silva, que está assumindo essa pasta e com uma grande disposição de fazer, de fato, um mutirão antidrogas no estado de Santa Catarina.

Acredito que projetos como o de v.exa. possam, sim, somar-se as nossas iniciativas, para que tenhamos de fato uma Santa Catarina sem drogas.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Obrigado, deputado Ismael dos Santos.

Peço aos colegas parlamentares que analisem com atenção a nossa ideia, bem como as secretarias que, segundo o projeto, devem ser envolvidas. O projeto propõe a criação de clínicas para recuperação de dependentes nas áreas de abrangência de cada SDR.

De qualquer maneira, o mais importante é prevenir e um dos meios é criando esses conselhos em cada escola, para que tenhamos a resposta dessa ação preventiva, que precisa ser feita, sim, em todas as áreas da educação, principalmente nas escolas.

Temos certeza de que o governador do estado, a secretaria da Saúde, através do dr. Dalmo Claro de Oliveira; a secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, através do dr. João José Cândido da Silva, terão condições de fazer com que sejam criadas essas clínicas de recuperação para os drogados. Mas não é preciso apenas criar clínicas novas, há que se dar apoio às clínicas que já existem, que com muita dificuldade honram o seu nome para tratar dos dependentes clínicas.

Sr. presidente, esperamos que o nosso projeto seja aprovado em todas as instâncias e que possamos realizar também, com o apoio do governo do estado, o Fórum de Debate Especial Antidrogas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Gostaria que o deputado Reno Caramori esclarecesse a questão levantada por ele sobre a herança recebida por Raimundo Colombo, se foi a herança de 2003. Não ficou bem esclarecido. Mas o deputado Reno Caramori não se encontra agora neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, desejo fazer uma menção elogiosa a um projeto, deputado Elizeu Mattos, da presidente Dilma Rousseff, que no meu entendimento, deputado Manoel Mota, reveste-se da maior importância para Santa Catarina. Inclusive, traz contribuições significativas a respeito da prevenção das drogas neste estado, assunto tratado pelo deputado Antônio Aguiar.

Deputado Neodi Saretta, esse projeto diz respeito ao programa Mais Educação, que está sendo estruturado pela Presidência da República. A imprensa divulgou amplamente esse programa que nada mais é do que a escola em tempo integral para os alunos do ensino fundamental, do 1º ao 9º ano.

A escola em tempo integral é o que há de melhor, o projeto ideal, o projeto da formação de uma sociedade, de um país evoluído. Os países desenvolvidos conquistaram isso há 20, 30, 40, 50 anos, deputado Ismael dos Santos. As crianças brasileiras estudam meio período. Então, no contraturno, enquanto a mãe e o pai estão trabalhando, muitas dessas crianças ficam nas ruas e vão para prostituição, para o mundo das drogas. Esse período no contraturno compromete, no meu entendimento, de forma significativa a formação das crianças.

Portanto, na escola em tempo integral a criança fica o dia inteiro na escola e no contraturno é-lhe oferecido, segundo o programa, aulas de esporte, música, enfim, atividades extracurriculares que os filhos das famílias das classes média e alta já fazem.

Portanto, o projeto lançado pelo ex-secretário de Educação, Marco Tebaldi, também do ensino integral no ensino médio, no 2º grau, é de fundamental importância. Em Santa Catarina parece-

me que são mais de 100 escolas. O programa já iniciou no estado, com o apoio do MEC.

Por que é importante, deputado Ismael dos Santos? O jovem se forma aos 17 anos, mas quando você pergunta sobre a profissão que pretende seguir, ele diz que se formou no 2º grau.

Eu tive a oportunidade de formar-me na Escola Técnica Federal Agrícola. Saí da escola agrícola de Araquari, a mesma escola em que o deputado José Milton Scheffer se formou, já prestei concurso na prefeitura de Joinville e fui trabalhar, preparando-me para a universidade.

Esse programa da presidente Dilma Rousseff vai beneficiar cinco milhões de crianças no Brasil, atingindo, inicialmente, 60 mil escolas dos municípios que estão-se credenciando, com investimentos de R\$ 1,4 bilhões. E a preferência será dada para a implantação desse programa em regiões que têm maior índice de incidência do Bolsa Família ou que tenha um baixo Ideb.

Portanto, não posso deixar de elogiar a ação da presidente Dilma Rousseff, que, aliás, tem tratado com muita elegância este estado e o governador Raimundo Colombo.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado, parabéns pela sua intervenção e ontem, inclusive, já trouxemos à baila o debate sobre a escola integral.

Mas gostaria de ressaltar que é preciso ter cuidado com quatro aspectos: valorização do profissional, espaço físico, pois é preciso adequar muitas escolas de Santa Catarina para que de fato tenhamos uma escola integral de resultados; implementação de ferramentas tecnológicas, para que consigamos as perspectivas da profissionalização; envolvimento da comunidade do entorno da escola.

A cultura, a arte, o lazer, o esporte, enfim, tudo isso poderá dar uma formação positiva ao aluno.

Parabéns pela sua intervenção!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, sr. deputado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pela sua fala.

Estou vindo agora do auditório do Tribunal de Contas, onde aconteceu a assinatura dos convênios, dos arts. 170 e 171. Na verdade são mais de R\$ 71 milhões que estarão sendo repassados às entidades a partir de agora. E o governador do estado, Raimundo Colombo, tem como prioridade a questão do pagamento dessas bolsas.

Então, para reforçar, gostaria de deixar registrado que este deputado e os deputados Carlos Chiodini, Manoel Mota e Altair Guidi estavam no TCE representando esta Casa na assinatura dos convênios com as entidades públicas, comunitárias e particulares, referentes aos arts. 170 e 171, questão pela qual v.exa. também brigou bastante neste Parlamento.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Eu quero reforçar que alguns municípios de Santa Catarina já possuem projetos pilotos da escola de ensino fundamental em tempo integral. Em Joinville temos algumas escolas desse tipo que foram implantadas na gestão de Luiz Henrique da Silveira e de Marco Antônio Tebaldi.

Também há um projeto piloto de escola em tempo integral na Escola de Educação Básica Giovani Pasqualini Faraco, do município de Joinville.

Portanto, vejo com simpatia o programa e certamente todos nós estamos otimistas com a possibilidade da implantação desse projeto de forma gradativa, não apenas no estado de Santa Catarina, mas no Brasil, principalmente nos bolsões e nas regiões mais carentes.

Sr. presidente, não poderia deixar de fazer menção a um evento, do qual não pude participar, deputado Kennedy Nunes, sobre o repasse de verbas oriundas do art. 170 - e Santa Catarina é o único

estado do Brasil que possui - e do art. 171, criado pelo ex-governador Luiz Henrique da Silveira, que esta Casa regulamentou no ano passado.

O repasse começou com um valor de R\$ 2 milhões e já está em R\$ 12 milhões reais. Para este ano a previsão é de que sejam repassados às instituições de ensino cerca de R\$ 15 milhões e há a perspectiva de que se chegue, num futuro próximo, a R\$ 40 milhões.

Agora, não posso deixar, deputado Kennedy Nunes, de fazer menção a um projeto de lei que está ainda na comissão de Constituição e Justiça e que foi diligenciado para a secretaria da Educação, onde recebeu uma posição favorável. Refiro-me ao projeto que cria um fundo específico para bolsas de estudos destinadas aos alunos do ensino técnico.

A deputada Angela Albino solicitou que seja realizada uma audiência pública e faço um apelo ao deputado Romildo Titon, para que agendemos essa audiência para debater a possibilidade da criação desse fundo. Por quê, deputado Kennedy Nunes? São R\$ 15 milhões do art. 171, mais R\$ 50 milhões do art. 170, resultando em R\$ 65 milhões, e mais R\$ 10 milhões da Lei Jorginho Mello. Então, algo em torno de R\$ 70 milhões será destinado ao ensino superior.

E para o ensino técnico, deputado Kennedy Nunes? Zero! Nenhum valor! Nenhuma ação! Nenhum evento! Nenhuma atitude!

Nesse sentido, apresentei projeto de lei tentando consignar uma parte desse fundo do art. 171, que ainda está em formação, para que possamos dar bolsas de estudo para os filhos de trabalhadores do estado de Santa Catarina.

Por quê, deputado Kennedy Nunes? Em Joinville nós estamos trabalhando nos bairros, fazendo uma série de reuniões partidárias e técnicas.

Joinville, deputada Angela Albino, vai dobrar o seu PIB, atraiu a GM e a BMW para a região. Nós estamos crescendo com um índice mais elevado do que a China. Mas pasmem, srs. deputados: 52% dos trabalhadores de Joinville recebem menos de dois

salários mínimos! Vou repetir, deputado Nilson Gonçalves, 52% dos trabalhadores da cidade de Joinville recebem menos de dois salários mínimos! Nas mãos de quem está concentrada a riqueza, a pujança econômica, o capital, o PIB que vai dobrar nos próximos dez anos? Nas mãos de poucos empresários. Joinville é uma cidade com imagem, com fama de cidade rica. Mas os trabalhadores não são ricos.

Portanto, qual é o desafio, deputado Kennedy Nunes? O desafio é transformar essa riqueza, esse crescimento, deputado Nilson Gonçalves, essa pujança em qualidade de vida. O desafio é dar formação profissional para que os trabalhadores possam ter uma melhor remuneração, porque realmente os dados nos deixam assustado. Cinquenta por cento ganhando até dois salários mínimos é uma informação que nos preocupa e que nos leva certamente a uma reflexão profunda!

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -
Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e a Mulher apresentou parecer pelo arquivamento do Ofício n. 0586/2011, de entidade social.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0030/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0560/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei Complementar n. 0020/2011, de

autoria do Tribunal de Justiça, que altera a redação do número 3 na Tabela I da Lei Complementar n. 156, de 1997, alterada pela Lei Complementar n. 218, de 2011, que dispõe sobre o valor dos atos do Tribunal de Justiça e seus órgãos.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	

DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 22 srs. deputados.

Temos 22 votos "sim".

A matéria está aprovada em segundo turno.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0004//2012, de autoria comissão de Constituição e Justiça, que estabelece requisito temporal para remoção a pedido na Magistratura Estadual.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 23 srs. deputados.

Temos 23 votos "sim".

Aprovado em primeiro turno.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0059/2011, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de adesivos nos veículos de transportes coletivos com a frase: "Disque 181 - Denuncie todo ato criminoso", e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Segurança Pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0175/2011, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que acrescenta o Capítulo V no Título V da Lei n. 14.675, de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Turismo e Meio Ambiente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0277/2011, de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de doentes em hospitais ou clínicas da rede pública ou privada no estado de Santa Catarina, nas hipóteses que especifica.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Saúde e de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Há um pleito do deputado Gilmar Knaesel e do deputado Aldo Schneider para que seja deliberado o Projeto de Lei n. 0052/2012.

Gostaria de saber se todos os srs. deputados concordam que ele seja colocado em discussão e votação.

(As lideranças aquiescem.)

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0052/2012, de autoria dos deputados Gilmar Knaesel e Aldo Schneider, que institui o Dia Estadual do Servidor Fazendário do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Deputado Elizeu Mattos, é necessário votarmos esse projeto em segundo turno no dia de hoje?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, se não estou enganado, a pedido dos deputados Gilmar Knaesel e Aldo Schneider, o governador pretende ir a uma solenidade na semana que vem, no dia 21, sancionar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Pode ser feita, então, amanhã de manhã a votação desse projeto? Não há problema?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Eu entendo que seria bom votarmos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Então votaremos hoje esse projeto em sessão extraordinária.

Esta Presidência consulta os srs. líderes se podemos encerrar a presente sessão e convocar outra, extraordinária, para deliberarmos em segundo turno as matérias pendentes.

(As lideranças aquiescem.)

Assim sendo, encerramos a presente sessão convocando outra, extraordinária, para deliberarmos em segundo turno as matérias que ainda ficaram pendentes.

Está encerrada a sessão.

